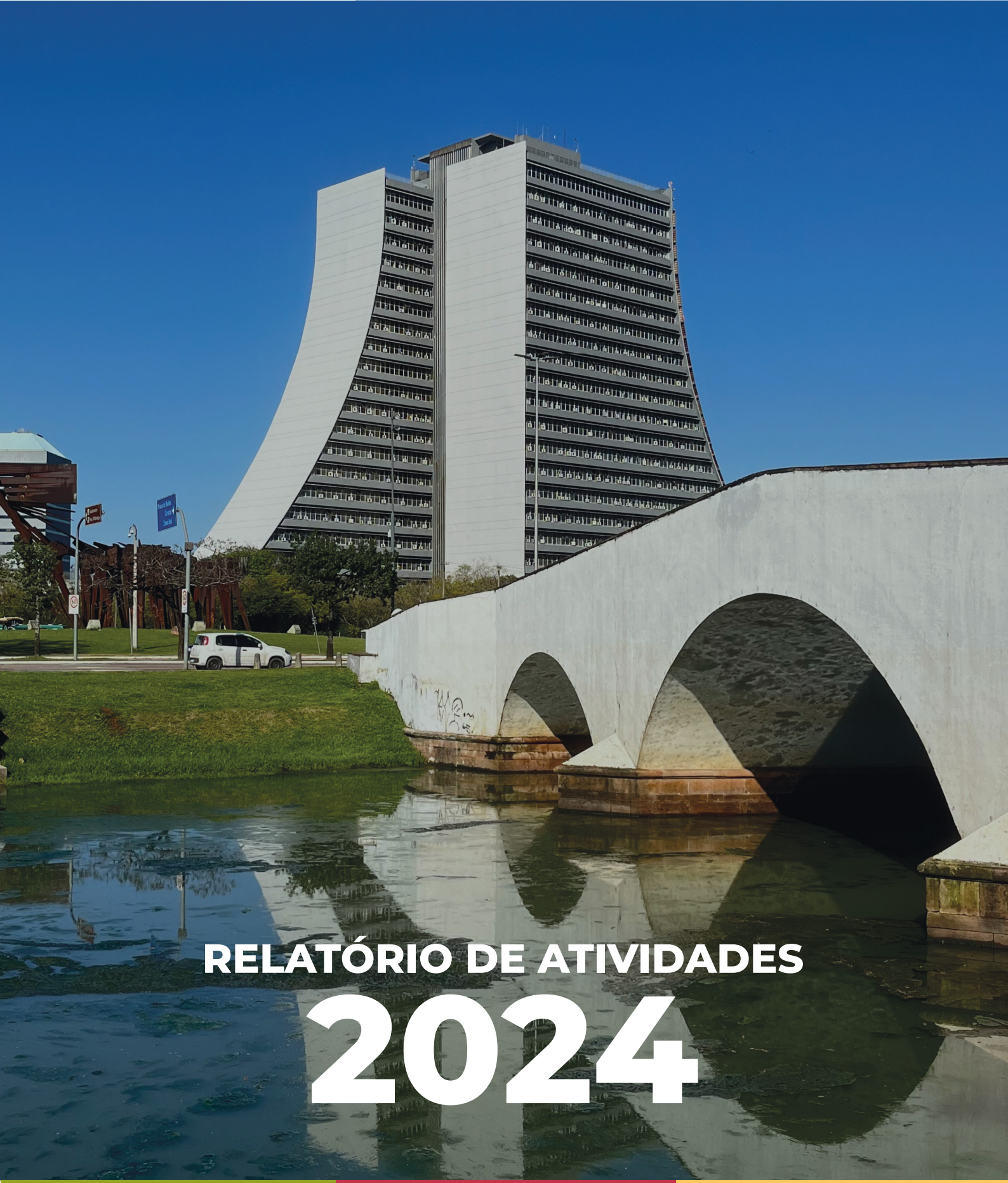




RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2024

Mensagem do Contador e Auditor-Geral do Estado

O ano de 2024 ficará marcado na história do Rio Grande do Sul como um período de grandes desafios e de profunda resiliência. A calamidade climática que atingiu o estado a partir de abril impactou diretamente a vida dos gaúchos, exigindo respostas rápidas, coordenadas e solidárias de todas as instituições públicas. No âmbito da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage), os efeitos das enchentes demandaram uma reorganização completa das rotinas e a priorização de esforços voltados ao enfrentamento da crise. Em alinhamento com o Governo do Estado e a Secretaria da Fazenda, o órgão direcionou suas equipes para garantir agilidade e segurança na gestão dos recursos públicos, flexibilizando procedimentos, assessorando gestores e assegurando a transparência das informações sobre gastos relacionados à reconstrução.

Mesmo diante das adversidades, a Cage demonstrou notável capacidade de superação. As equipes mantiveram a continuidade dos serviços e entregaram resultados expressivos, ainda que com a interdição das sedes físicas e o trabalho integral em regime remoto.

Essa capacidade de adaptação foi essencial para assegurar a execução das funções institucionais e a preservação da rotina administrativa. O empenho coletivo garantiu que as atividades de controle, contabilidade, auditoria, suporte à decisão e tecnologia da informação não apenas fossem mantidas, mas também aprimoradas, fortalecendo o papel da Cage como órgão essencial à governança e à integridade do Estado.

O Relatório de Atividades de 2024 reflete, assim, um ciclo de conquistas em meio à adversidade. Projetos estratégicos previstos no Planejamento 2023-2027 avançaram significativamente, com destaque para a consolidação do Programa de Gestão de Riscos no Controle, o aprimoramento do Projeto Pró-Audit, a modernização do Portal da Transparência RS, e o Projeto de Qualificação da Informação Contábil, que elevou o padrão dos dados contábeis e fiscais do estado. As ações de integridade também ganharam força com a segunda edição do Projeto Escola Íntegra e a ampliação das certificações de programas de integridade no setor privado, reafirmando o compromisso institucional com a ética e a prevenção à corrupção.

Encerramos 2024 com a convicção de que a força da Cage reside nas pessoas que a constroem todos os dias. O comprometimento dos servidores, aliado à visão estratégica e à capacidade técnica do órgão, permitiu que as metas fossem alcançadas, que novos projetos fossem implementados e que a transparência pública fosse fortalecida, mesmo sob as condições mais adversas. Convidamos à leitura e ao reconhecimento de uma trajetória de trabalho coletivo, inovação e serviço público comprometido com a reconstrução e o futuro do Rio Grande do Sul.

Carlos Geminiano Rocha Rodrigues
Contador e Auditor-Geral do Estado

Sumário

1. Visão Geral e Estrutura Organizacional.....	4
Visão Geral.....	4
Estrutura Organizacional.....	5
Equipe Diretiva.....	6
Cadeia de Valor.....	7
Principais Atividades e Competências da Cage.....	7
Governança Organizacional.....	8
Planejamento Estratégico da Cage: Alinhando Ação à Transformação (2023 – 2027)	8
Um ano de desafios.....	10
2. Auditoria e Controle.....	11
Projeto Pró-Audit.....	12
Programa Gestão de Riscos no Contrle.....	13
Seccional de Controle de Transferências Voluntárias	13
3. Contabilidade.....	15
Balanço Geral do Estado.....	16
Projeto de Qualificação da Informação Contábil.....	17
4. Orientação e Suporte à Tomada de Decisão.....	18
Portal e-CAGE.....	19
Normativas.....	19
CAGE Gerencial.....	20
5. Promoção da Integridade e Prevenção à Corrupção.....	21
Promoção da Integridade Privada.....	22
Promoção da Cultura de Integridade na Administração Pública.....	22
Projeto Escola Íntegra.....	23
6. Transparência e Estimulo ao Controle Social.....	24
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).....	28
Projeto “EvoluTlva”.....	30
7. Gestão de Pessoas.....	31
Realização de Concurso Público.....	32
8. Comunicação e Relacionamento Institucional.....	33
Produção em 2024.....	34
Eventos Cage.....	35
FPE 2 – Novas funcionalidades	35
Lançamento do Portal e-Cage e da Nova Metodologia de Gestão de Riscos nas Contrata- ções Públicas.....	36
Cage 2024 - Alinhando expectativas e celebrando resultados.....	36

Visão Geral e Estrutura Organizacional

Visão Geral

A Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage) é o órgão central do sistema de controle interno e de contabilidade do estado do Rio Grande do Sul. O órgão integra a estrutura da Secretaria da Fazenda, sendo uma instituição precipuamente vinculada ao interesse público como atividade essencial ao funcionamento do Estado. Possui status de subsecretaria de Estado e atua na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos, entidades e pessoas que utilizam recursos públicos, incluindo aqueles que contratam com a Administração Pública.

Suas funções institucionais são desempenhadas junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, junto ao Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado (TCE/RS), englobando a Administração Direta e Indireta do Estado.

Nesse contexto, a Lei Complementar nº 13.451/2010 estabeleceu as competências da Cage para o cumprimento de suas funções institucionais, intrinsecamente ligadas à defesa do patrimônio público, por meio de atividades de fiscalização e controle da gestão de recursos públicos. A Cage assume, assim, papel fundamental na disseminação de conteúdo técnico e de orientações normativas voltadas aos gestores administrativos dos demais órgãos e entidades da administração estadual.

O órgão tem papel fundamental na prevenção e combate à corrupção, na promoção da gestão pública transparente e no suporte e assessoramento à gestão pública estadual.

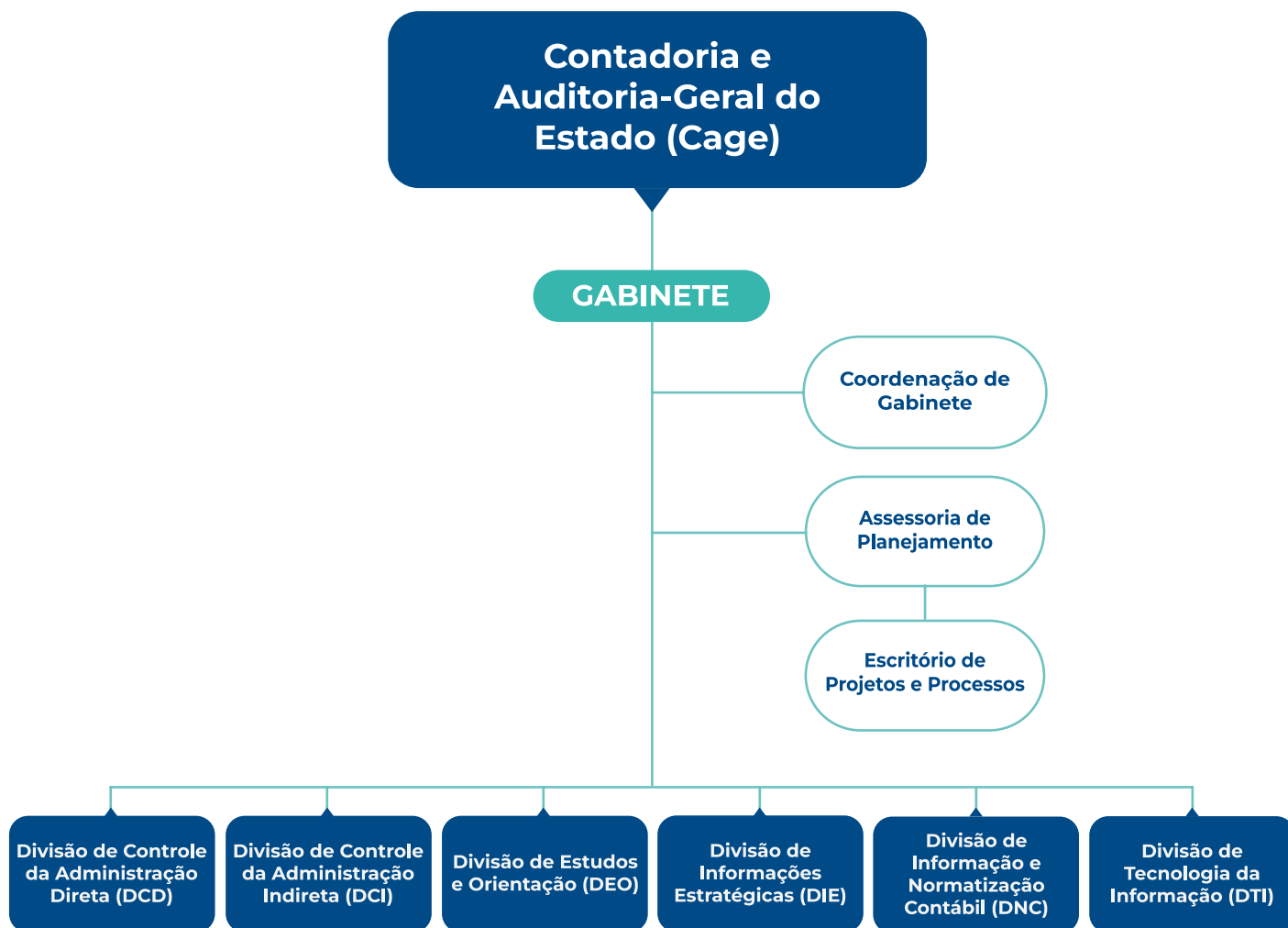
Mandado constitucional – art. 76 da CE. Órgão de contabilidade e auditoria-geral do Rio Grande do Sul que desempenha papel central no sistema de controle interno uno e integrado do Estado e atua junto às unidades administrativas dos três Poderes.

Identidade – Órgão central do sistema de controle interno e da contabilidade do Estado. Responsável pela supervisão técnica das unidades operacionais que executam atividades de controle interno em outros órgãos, inclusive para avaliar e aperfeiçoar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, dos controles internos, dos mecanismos de governança e do sistema de integridade. É também responsável pela elaboração dos demonstrativos contábeis do Estado e pela fiscalização da administração direta e indireta, gerenciamento dos sistemas de finanças públicas do Estado e acompanhamento da execução orçamentária.

Missão – Aprimorar a governança e a transparência para viabilizar as políticas públicas do Estado.

Funções Institucionais – Lei Complementar 13.451/2010 – Dentre as funções institucionais da Cage estão a defesa do patrimônio público; controle interno; auditoria governamental; fiscalização do uso de recursos públicos; elaboração de demonstrativos contábeis do Estado; relevação contábil da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da administração direta; controle e acompanhamento da execução orçamentária; apoio ao controle externo; estímulo ao exercício do controle social; e orientação e assessoramento às entidades da administração indireta para a organização de seus sistemas contábeis e de controle interno.

Estrutura Organizacional



Além das estruturas administrativas mencionadas acima, a Cage participa ativamente de outros órgãos colegiados e grupos de trabalho (GTs) ligados às suas funções institucionais. Um exemplo é a Rede de Controle do Estado do Rio Grande do Sul (Rede/RS), com 26 órgãos e entidades gaúchas que atuam sinergicamente para o atingimento de objetivos comuns atinentes aos temas de controle, combate à corrupção e integridade. Outros órgãos com participação da Cage serão descritos ao longo deste documento.

Equipe Diretiva



Contador e Auditor-Geral do Estado
Carlos Geminiano Rocha Rodrigues



Contador e Auditor-Geral do Estado Adjunto para Assuntos
de Gestão e Relações Institucionais
Antônio Carlos Ferreira Kehrwald



Contador e Auditor-Geral do Estado Adjunto para Assuntos
de Auditoria
Jociê Rocha Pereira



Contador e Auditor-Geral do Estado Adjunto para Assuntos
de Contabilidade
Felipe Severo Bittencourt



Chefe da Divisão de Controle da Administração Direta
(DCD)
Ricardo Lacerda Martins Santiago



Chefe da Divisão de Controle da Administração Indireta
(DCI)
Lorenzo Giacomo Venzon



Chefe da Divisão de Estudos e Orientação (DEO)
Luiz Felipe Corrêa Noé



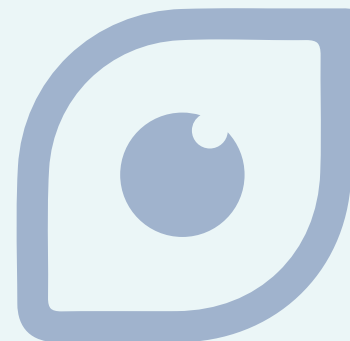
Chefe da Divisão de Informação e de Normatização
Contábil (DNC)
Guilherme Speroni Lentz



Chefe da Divisão de Informações Estratégicas (DIE)
Celso Antonio Cordova Júnior



Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação (DTI)
Leonardo dos Santos Branco

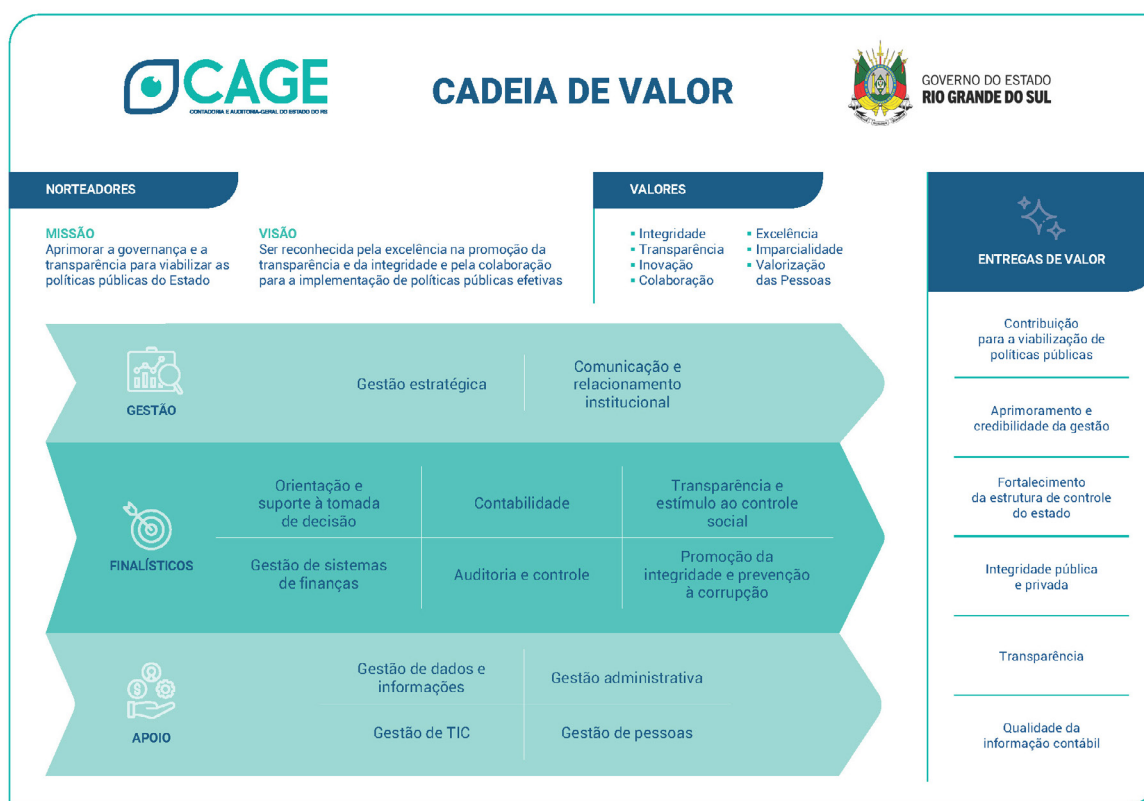


Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor é um método que permite organizar os processos organizacionais. Ela é apresentada em uma representação gráfica que exhibe a construção de geração de valor e suas interações e é composta por uma série de atividades interligadas que agregam valor ao serviço oferecido.

A atuação da Cage é orientada por uma cadeia de valor integrada e alinhada aos seus norteadores estratégicos, que segrega macroprocessos de gestão, finalísticos e de apoio. A execução dos macroprocessos deve culminar nas entregas de valor definidas e planejadas pelo órgão.

A Cadeia de Valor evidencia os esforços da Cage para transformar insumos em resultados tangíveis, reforçando seu papel como indutora de boas práticas e de uma gestão pública íntegra, eficaz e orientada para o interesse coletivo.



Principais Atividades e Competências da Cage

- **Orientação e suporte à tomada de decisão:** instruções normativas da Cage; treinamentos para gestores públicos sobre o uso de sistemas gerenciados pelo órgão e para adequação/padronização de atos administrativos; apontamentos de auditoria com recomendações para saneamento de irregularidades verificadas; canal de comunicação centralizado para receber demandas dos órgãos estaduais (Portal e-Cage).
- **Controle:** exercício da função institucional de controle e acompanhamento da execução orçamentária de que trata o inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 13.451/2010, visando alertar o ordenador de despesas sobre eventuais inconformidades em relação a leis, procedimentos, regulamentos, políticas internas ou demais normas aplicáveis.

- **Contabilidade:** normatização e padronização contábil, gestão do Sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE), elaboração do Balanço Geral do Estado e outros demonstrativos contábeis do Estado do RS.
- **Auditoria:** auditorias contábeis e operacionais nos órgãos da Administração Estadual Direta e Indireta.
- **Transparência e estímulo ao controle social:** gestão do Portal da Transparência do RS, que divulga conteúdos de interesse público em formato amigável ao usuário e dados abertos em formato bruto para manipulação, fomentando a promoção da transparência ativa pelo Estado.
- **Promoção da integridade e prevenção à corrupção:** avaliação de programas de integridade de empresas fornecedoras de bens e serviços para o Estado do Rio Grande do Sul. Atuação conjunta com a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) na instauração de Procedimentos Preliminares de Investigação (PPI) e de Processos Administrativos de Responsabilização (PAR). Apuração de denúncias e representações, bem como participação de operações com órgão de repressão, como Polícia Civil e Ministério Público. Visa à prevenção, à detecção e ao combate a potenciais fraudes e corrupção.

Planejamento Estratégico da Cage: Alinhando Ação à Transformação (2023 – 2027)



Ao longo de 2024, a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul (Cage/RS), órgão central do sistema de controle interno de que trata o artigo 76 da Constituição Estadual, desempenhou um papel fundamental na promoção da transparência e na melhoria da gestão pública. Entre as principais ações realizadas, destacam-se a im-

plementação de novas metodologias de auditoria, o fortalecimento dos mecanismos de controle interno, a promoção da integridade pública e privada, bem como a qualificação da informação contábil.

Essa linha de atuação iniciou ainda em 2023, quando a Cage promoveu a revisão de seu Mapa Estratégico, buscando alinhar a estratégia institucional à estratégia do governo e da Secretaria da Fazenda. No mesmo período, iniciou-se a implantação do Escritório de Projetos (EPP), que atua de forma a viabilizar a efetiva implementação da estratégia da Cage, por meio da estruturação e monitoramento dos projetos estratégicos.

O Planejamento Estratégico da Cage para o ciclo 2023-2027 consolida um roteiro orientado para a excelência na gestão pública e para a geração de valor para a sociedade gaúcha. O propósito central – contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, por meio do aperfeiçoamento da gestão pública estadual – é o farol que direciona as iniciativas, projetos e definição dos processos do órgão.

Alinhadas à missão de aprimorar a governança e a transparência para viabilizar as políticas públicas do Estado, e impulsionadas pela visão de ser reconhecida pela excelência na promoção da transparência e da integridade, as ações do órgão são guiadas por valores indissociáveis: Integridade, Transparência, Inovação, Colaboração, Excelência, Valorização das Pessoas e Imparcialidade. A atuação estratégica está organizada em quatro perspectivas inter-relacionadas:

- **Resultados para a Sociedade:** orientação finalística para a atuação da Cage na busca de impactos concretos na vida do cidadão, por meio da colaboração para a implementação de políticas públicas efetivas, do aperfeiçoamento da transparência pública, do fomento ao controle social, da promoção da integridade e do fortalecimento da prevenção à corrupção, culminando na otimização da utilização dos recursos públicos.
- **Articulação e Relacionamento:** a atuação da Cage é voltada a amplificar o impacto das suas ações e aprimorar o assessoramento aos gestores públicos, provendo soluções de forma proativa e tempestiva. Simultaneamente, busca-se fortalecer a credibilidade e a imagem do órgão, desenvolvendo uma comunicação eficaz e um relacionamento sólido com o governo e a sociedade.
- **Processos Internos:** a excelência operacional é a base para a entrega de resultados sólidos. Para isso, busca-se desenvolver um modelo de controle baseado em riscos e orientado por dados, sistematizando a avaliação de políticas públicas e reestruturando as ações de transparência com foco no cidadão. Adicionalmente, a Cage atua para qualificar a informação contábil, otimizar a contribuição da auditoria para a gestão pública, promover a cultura de integridade e otimizar os processos internos com foco em eficiência e automação.
- **Aprendizado e Crescimento:** ao reconhecer que a força da instituição está intrinsecamente ligada ao capital humano e à maturidade dos processos do órgão, faz-se necessário priorizar ações de capacitação e desenvolvimento com foco na estratégia. O investimento em aperfeiçoamento dos servidores reverbera positivamente na governança organizacional e fortalece a cultura de colaboração e inovação. Ainda nessa perspectiva, busca-se promover uma comunicação interna mais efetiva e que os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) suportem de

maneira robusta os processos e objetivos estratégicos do órgão. O Mapa Estratégico da Cage segue a metodologia do Balanced Score Card (BSC) e está organizado em quatro perspectivas. Os projetos e iniciativas estratégicas estão diretamente vinculados aos objetivos estratégicos das três perspectivas inferiores do mapa – “Articulação e relacionamento”, “Processos internos” e “Aprendizado e crescimento” – e contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos da perspectiva “Resultados para a sociedade”. Durante o ano de 2024, a Cage manteve seu foco no desenvolvimento de projetos que visam otimizar as rotinas de trabalho, buscando maior eficiência e efetividade na atuação do órgão central de contabilidade e controle interno do Estado.

Um ano de desafios

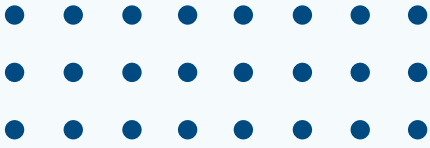
Passamos a apresentar as principais ações da Cage no ano de 2024, conforme seus macroprocessos, atendendo aos objetivos definidos no planejamento estratégico. Antes, porém, é importante relatar as medidas adotadas pela Cage diante da situação de calamidade pública que atingiu o estado a partir de abril.



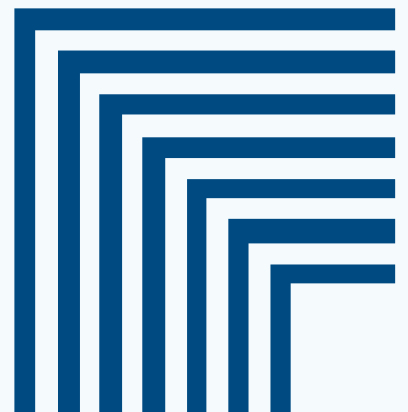
Em alinhamento com as diretrizes do Governo do Estado e da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, a partir de maio de 2024, todas as equipes da Cage foram orientadas a direcionar seus esforços para ações relacionadas ao enfrentamento da situação de calamidade pública declarada pelo Decreto Estadual n. 57.596/2024.

Passaram a ser implementadas medidas que buscaram a flexibilização de procedimentos de controle e a orientação tempestiva aos dirigentes dos órgãos e entidades no que se refere às competências da Cage, visando garantir agilidade de resposta às necessidades da população.

A coordenação dessas ações, que serão detalhadas ao longo desse relatório, foi feita por uma estrutura de governança que iniciou seus trabalhos no dia 6 de maio de 2024, institucionalizada por meio da Portaria Cage n. 13, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) de 9 de maio de 2024.



Auditoria e Controle

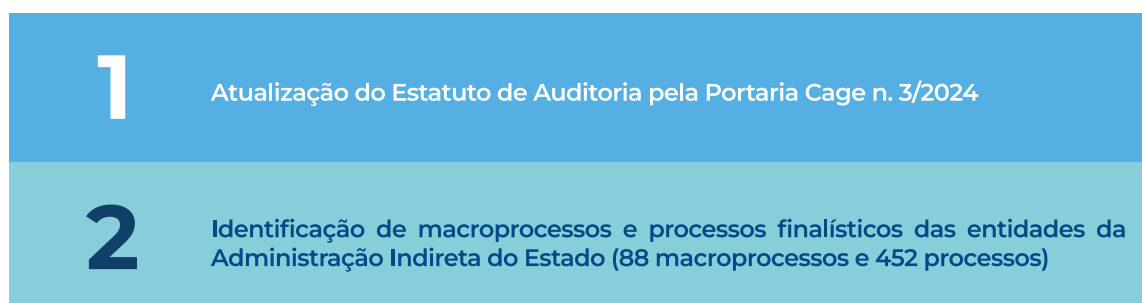


Neste macroprocesso, a atuação da Cage gerou benefícios financeiros da ordem de R\$ 174.389.542,44 em 2024. Além disso, as Seccionais da Cage junto aos órgãos da Administração Direta ou especializadas em matérias (como a Seccional de Controle de Licitações, de Obras ou de Transferências Voluntárias) realizaram as seguintes atividades:



Projeto Pró-Audit

Visando otimizar a contribuição da auditoria para o aprimoramento dos processos da gestão pública estadual, a Cage desenvolveu o Projeto Pró-Audit, que tem como objetivo aprimorar o processo de auditoria interna, assegurando o alinhamento às melhores práticas internacionais e buscando a obtenção do nível 2 na avaliação do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) até 2025. Como benefício principal desta iniciativa, espera-se uma aproximação da Cage com relação aos gestores e a realização de auditorias mais focadas em aspectos considerados relevantes e de maior risco para a gestão dos órgãos e entidades, agregando valor aos processos na Administração Pública Estadual e às políticas públicas. Em 2024, foram realizadas as seguintes ações:



1 Conforme o inciso II do art. 17 da IN CAGE nº 06/2022, "informação de caráter específico é a expedida pela CAGE em expedientes administrativos que versem sobre matéria de interesse específico do Órgão/Entidade, tendo seus efeitos adstritos ao processo em que for juntada".

2 Segundo o art. 15 da IN CAGE 06/2022, "a Contestação contém os apontamentos efetuados por meio do sistema Finanças Públicas do Estado, destinado a dar ciência ao ordenador de despesa sobre irregularidades passíveis de menção em Relatório de Auditoria".

3

Revisão do Manual de Auditoria

4

Revisão e padronização dos papéis de trabalho

5

Publicação da Portaria Cage n.31, de 13 de novembro de 2024, que institui a sistemática de qualificação, quantificação e registro dos benefícios gerados pela atuação da Cage.

Programa Gestão de Riscos no Controle

Visando desenvolver um modelo de controle baseado em riscos e orientado pela utilização de dados, a Cage estabeleceu o Programa de Gestão de Riscos no Controle, que tem como objetivo desenvolver uma sistemática de análise de riscos no controle da execução da despesa, por meio da aplicação de critérios de hierarquização em 100% dos objetos da execução da despesa controlados pelo órgão até 2026. Como benefícios, espera-se maior efetividade na atuação, por meio de alocação de equipes especializadas para a realização de análises e orientações focalizadas nas despesas de maior risco para o estado. Além disso, por meio da automatização dos processos de trabalho, busca-se contribuir com a otimização e padronização dos fluxos de execução das despesas do Estado.

Seccional de Controle de Transferências Voluntárias



Equipe da Seccional

Em 2024, o programa estruturou uma nova Seccional da Cage para modernizar os controles estaduais: a Seccional de Controle de Transferências Voluntárias, focada na reformulação da análise das fases de celebração e prestações de contas de convênios, parcerias e instrumentos congêneres.

Atualizações no sistema Finanças Públicas do Estado (FPE), como nas retenções de ISS e INSS e automação de lançamentos, otimizaram fluxos financeiros e retiraram o ór-

ção central de controle interno de atividades de primeira linha de defesa. Por fim, destaca-se a publicação da Instrução Normativa Cage n. 03/2024, sobre Análise de Risco nas Contratações Públicas, que estabeleceu novas diretrizes para toda a administração estadual.

Contabilidade





Balanço Geral do Estado

Foi finalizada a elaboração do **Balanço Geral do Estado (BGE)**, unificado com a prestação de contas do Governador pelo segundo ano consecutivo. Em abril, foi entregue o Balanço Geral do Estado/Prestação de Contas do Governador. Em agosto, foi realizado o Workshop do BGE, buscando melhorias no produto e no processo para o próximo exercício.

Além do BGE, no exercício de 2024, destacam-se as seguintes iniciativas:

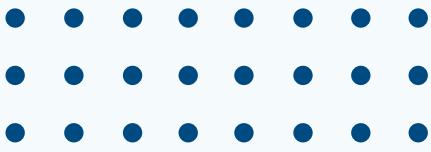


- Foi dada continuidade à publicação mensal do **RS Contábil**, que apresenta, de forma gráfica, os principais dados extraídos de demonstrações contábeis e fiscais do Estado do Rio Grande do Sul, em especial, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).
- O Estado voltou a entregar os dados de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por meio do Sistema de Informações sobre o Orçamento Público em Educação (Siope), o que não ocorria desde 2013. Foi firmado acordo entre o Estado e o FNDE, e a Cage passou a entregar o Siope a partir de 2024, além de regularizar de forma gradual os exercícios financeiros passados.
- Foi publicada a Instrução Normativa Cage 7/2024, que normatiza a contabilização das Parcerias Público-Privadas.

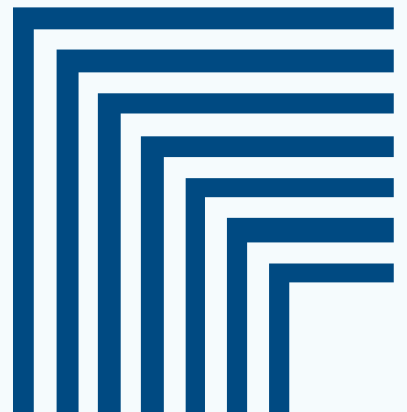
- Em relação à calamidade climática, houve orientações para a identificação de despesas e receitas, geração de informações sobre os gastos com a calamidade climática e elaboração, juntamente com a Secretaria da Reconstrução Gaúcha, de relatórios mensais de utilização dos recursos do Funrigs apresentados ao Comitê Gestor do Plano Rio Grande.
- Em relação às ações de capacitação em contabilidade pública, a equipe da Cage realizou o Evento de Encerramento de Exercício, dois Plantões Casp e a contratação de um curso de Notas Explicativas, que tiveram como público-alvo colegas da Cage e servidores da área contábil e financeira da Administração Direta e Indireta do estado. Além disso, foi apresentado webinar sobre os efeitos da calamidade climática na contabilidade do estado, transmitida no Youtube do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC-RS).
- A Cage participou de colegiados a nível Federal, a exemplo do Comitê Permanente para Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CP CASP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que tem por objetivo a harmonização entre os padrões normativos, a tradução das IPSAS para a língua portuguesa e a análise da aplicabilidade das normas internacionais à realidade dos entes públicos brasileiros; e da Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF), que tem por finalidade subsidiar a elaboração, pela Secretaria do Tesouro Nacional, das normas gerais relativas à consolidação das contas públicas. Também participa do Grupo de Gestores das Finanças Estaduais – GEFIN, órgão composto por representantes dos Estados e Distrito Federal, nos assuntos relacionados as finanças públicas, especialmente sobre contabilidade. Em nível Estadual, participou do Grupo de Estudos de Contabilidade Pública do CRC/RS.

Projeto de Qualificação da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi

Visando qualificar a informação contábil, a Cage desenvolveu este projeto, que busca assegurar a tempestividade e a consistência das informações contábeis, reduzir o retrabalho com republicações e melhorar o posicionamento do estado no Ranking da Qualidade Contábil da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A meta é a obtenção de Nota A até 2025. Em 2024, o projeto continuou qualificando a contabilidade estadual, resultando em avanços significativos no atendimento aos critérios do ranking da STN. A automatização de verificações contábeis assegurou maior consistência e tempestividade nos relatórios fiscais. A criação da Comissão Permanente de Qualidade foi outra melhoria implementada que preparou o Estado para alcançar novos patamares de excelência contábil.



Orientação e Suporte à Tomada de Decisão





Portal e-CAGE

Visando aprimorar o assessoramento aos gestores públicos, provendo soluções de forma proativa e tempestiva, a Cage desenvolveu, a partir de 2023, o Projeto “Portal e-CAGE” (Portal de Demandas), que tem por objetivo estruturar a gestão de demandas encaminhadas pelos órgãos e entidades à Cage, por meio de um portal centralizado. Entre os benefícios a serem alcançados com a sua implantação, espera-se uma maior padronização dos atendimentos e orientações prestados pelo órgão e maior agilidade no atendimento das demandas. Também se espera obter dados para melhor gestão das equipes de trabalho e proatividade nas orientações.

Em 2024, houve a expansão do atendimento para todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. A partir de 2025, o projeto entra numa nova fase, com estudos acerca do uso de ferramentas de IA e autoatendimento pelos usuários.

Normativas

Em 2024 foram emitidas oito Instruções Normativas³, nove Comunicados Orientativos⁴, 12 Informações de Caráter Normativo⁵ e quatro Notas Técnicas⁶. Muitas das orientações foram emitidas durante e em decorrência do estado de calamidade pública decretado no estado, quando a Cage (assim como o TCE/RS) precisou readaptar suas atividades, dando maior foco e ênfase em ações de suporte à tomada de decisão e orientação aos gestores públicos, que precisavam dar respostas urgentes e imediatas às necessidades da sociedade.

Como uma das ações de orientação, houve a participação da Cage na transmissão pelo Youtube promovida pela Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Jurueña, do TCE/RS, no dia 4 de julho de 2024, sobre os repasses de recursos “fundo a fundo” realizados pelo Fundo Estadual de Defesa Civil (Fundec), de origem do Poder Judiciário, aos Fundos Municipais de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC)⁷.

Destaca-se também, dentre as novas Instruções Normativas publicadas em 2024, a IN CAGE n. 4/2024, que dispõe sobre convênios e termos de cooperação a serem celebrados no âmbito dos poderes Executivo, inclusive autarquias e fundações, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas do Estado, em substituição a IN CAGE n. 6/2016. A nova IN foi resultado de uma consulta pública

³ De acordo com o art. 19 da IN CAGE n. 06/2022, a Instrução Normativa “é norma complementar emitida pelo Contador e Auditor-Geral do Estado que, sem inovar o ordenamento jurídico, tem por finalidade disciplinar ou esclarecer questões já presentes em outros diplomas legais, detalhando sua operacionalização ou auxiliando no seu entendimento.”

⁴ De acordo com o inciso I do art. 11 da IN CAGE n.º 06/2022, o Comunicado Orientativo “objetiva orientar o administrador sobre atos e fatos que poderão subsidiar a gestão quanto ao cumprimento dos princípios da Administração Pública, como legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia, efetividade e economicidade”

⁵ De acordo com o inciso I do art. 17 da IN CAGE n.º 06/2022, “informação de caráter normativo é aquela que, em razão de seus fundamentos e conclusões, fornece a orientação e/ou o entendimento do Controle Interno acerca da matéria objeto de análise”.

⁶ De acordo com o art. 18 da IN CAGE n.º 06/2022, a Nota Técnica “é elaborada por técnicos especialistas em determinada matéria, abrangendo a análise detida de todo o contexto, com base em fundamentos históricos, técnicos e legais, devendo ser conclusivo a respeito da matéria, com parecer favorável ou desfavorável, integral ou parcialmente, contendo sugestões ou proposição de providências.”

⁷ Vide notícia no site do TCE/RS: <https://tcers.tc.br/noticia/transmissao-do-tce-rs-discute-repasses-de-recursos-do-cnj-para-municipios-gauchos/>.

inédita realizada pela Cage junto a órgãos públicos e privados. A iniciativa foi lançada em março de 2024 e ficou aberta a respostas até junho.

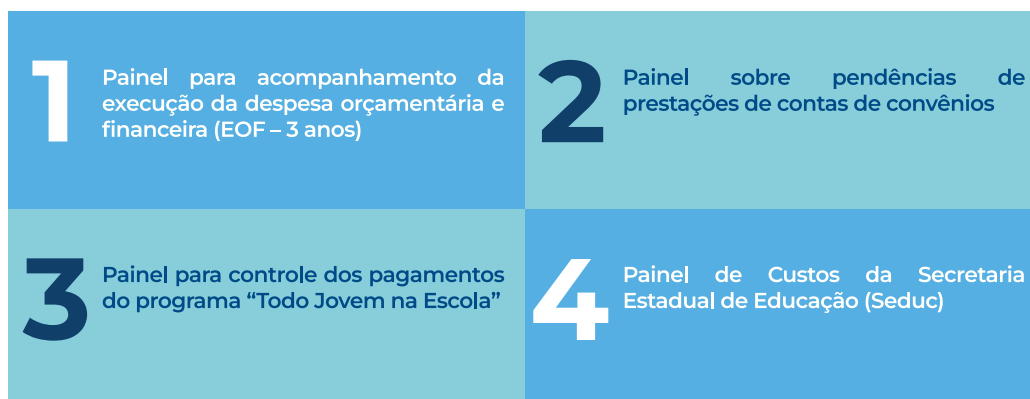
No total, foram recebidas 162 sugestões de 24 municípios, órgãos públicos e entidades privadas diversas. Elas serviram de base para a construção do texto da IN, instrumento que disciplina a celebração de convênios para a descentralização de recursos do Estado. A edição também consolida uma série de normas anteriores que regulavam a celebração de convênios e termos de cooperação firmados pelo Estado com entidades públicas e privadas, adequando os procedimentos à nova legislação.

Entre as principais novidades introduzidas pela IN Cage n. 4/2024, estão:

- redução de documentos para prestação de contas;
- prestação de contas realizada concomitantemente à execução, por meio do Sistema de Prestação de Contas de Convênios Administrativos;
- substituição da prestação de contas parcial pelo monitoramento no Sistema de Monitoramento de Convênios;
- repasse parcelado apenas para os montantes acima de R\$ 500 mil;
- criação de três documentos “padrão” a serem preenchidos pelo conveniente para facilitar a atuação do fiscal na liberação das parcelas;
- flexibilização de prazos para apresentação de documentos nos casos de calamidade pública; e
- possibilidade de utilização dos rendimentos da conta bancária para ampliação de metas do convênio.

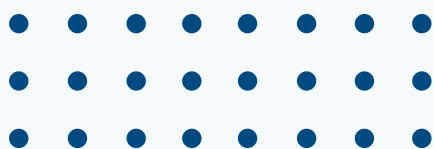
CAGE Gerencial

A Cage disponibilizou, por meio do sistema CAGE Gerencial, mais quatro painéis gerenciais voltados aos gestores públicos estaduais, sendo eles:

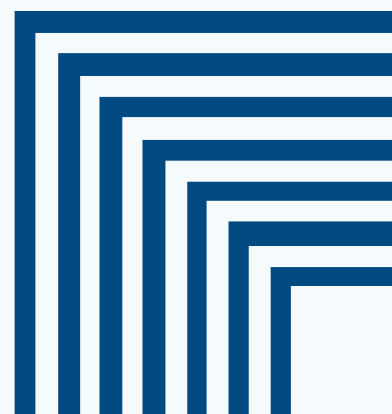


No total, o sistema CAGE Gerencial conta com 24 (vinte e quatro) painéis, sendo acessado em 2024 por 440 usuários, em um total de 5.400 sessões.

Por fim, destaca-se que os auditores e analistas da Cage participaram de pelo menos 30 grupos de trabalhos e colegiados transversais da Administração Pública Estadual, com destaque para a atuação: a) no Comitê de Regulamentação da Nova Lei de Licitações; b) na Presidência do Comitê de Integridade Pública (CIP/RS); c) na Secretaria-Executiva da Rede de Controle da Gestão Pública do RS (REDE/RS); d) na Comissão de Responsabilização de Pessoas Jurídicas (CRPJ).



Promoção da Integridade e Prevenção à Corrupção



Promoção da Integridade Privada

Quanto à avaliação de programas de integridade das empresas que contratam com o estado, com uso do Sistema de Controle dos Programas de Integridade (SCPI)⁸, foram realizadas as seguintes ações:

- Em 2024, a Cage, por meio da Seção de Integridade Corporativa e Combate à Corrupção da Divisão de Estudos e Orientação, realizou 152 avaliações de programas de integridade, envolvendo 116 diferentes empresas. Dessas avaliações, 66 concluíram por emitir certificados; 75 tiveram o pedido de emissão de certificado indeferido e 11 permaneceram aguardando complementação de informações e/ou documentos pela empresa.
- Por meio da Lei estadual n. 16.197, de 27 de novembro de 2024, o limite para apresentação de programas de integridade passou para R\$ 10 milhões, razão pela qual foi emitido o Comunicado Orientativo Circular CAGE n. 1/2025, visando orientar os gestores e fiscais de contrato sobre as medidas a serem tomadas em relação aos processos sancionatórios instaurados com base nos limites da legislação anterior.
- A participação na Comissão de Responsabilização de Pessoas Jurídicas (CRPJ), formada para o exercício das competências conjuntas da Cage e da PGE relacionadas à Lei Anticorrupção (Lei 15.228/2018), foi outro destaque da atuação da subsecretaria em 2024. A comissão é composta por seis Procuradores do Estado e seis Auditores do Estado. A Cage possui a incumbência (junto com a PGE) de receber e examinar denúncias e representações sobre fatos que possam se enquadrar na Lei Anticorrupção, além de revisar decisões de arquivamento de denúncias ou de procedimentos preliminares de investigação (PPI) de outros órgãos e entidades da Administração Pública Estadual. Com base nisso, a CRPJ pode instaurar PPI diretamente ou recomendar a instauração de PPI ou de processos administrativos de responsabilização (PAR).
- Em 2023, foi instaurado o primeiro Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) do Estado. Em 2024, havia em andamento nove PPI e quatro PAR; ainda uma PPI foi instaurado e finalizado durante o exercício.

Promoção da Cultura de Integridade na Administração Pública

Em 2024, a Cage ocupou a presidência do Comitê de Integridade Pública (CIP/RS)⁹, que tem como objetivo propor normas e diretrizes gerais da Política de Integridade do Poder Executivo do Estado, supervisionar a implementação e a efetividade dos Programas e Planos de Integridade dos órgãos. Por meio da participação e presidência do Comitê de Integridade Pública do Estado, a Cage continuou com o trabalho de orientação e fomento à cultura de integridade na Administração Pública Estadual.

O Plano Gaúcho de Promoção da Integridade foi iniciado em diversos órgãos e entidades do estado com visitas presenciais para reuniões de trabalho focando a metodologia criada pela Cage, além da realização anual de pesquisas com os agentes públicos estaduais sobre suas percepções acerca do tema da integridade no estado e da utilização da plataforma de Prevenção Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) para levantamento da suscetibilidade à fraude e à corrupção nas organizações do Poder Executivo Estadual.

⁸ Em cumprimento ao artigo 37 e seguintes da Lei estadual nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, c/c artigo 98 do Decreto 55.631, de 9 de dezembro de 2020.

⁹ Artigo 13 do Decreto nº 56.237, de 7 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Sistema e Política de Governança, Gestão e Integridade do Poder Executivo do Estado do RS.

A maior parte das organizações estaduais está na fase de mapeamento e avaliação de riscos de integridade. Recentemente, foi publicada a lista daquelas que receberam o selo de integridade referente à primeira fase do Plano Gaúcho de Promoção da Integridade¹⁰. O segundo selo será dado àqueles que entregarem um Plano de Integridade aprovado pela alta administração do seu órgão ou entidade até 30 de junho de 2025, conforme prevê o inciso X, parágrafo 2º, do Decreto 56.237/2021.



Projeto Escola Íntegra

Em complemento às ações, de promoção da integridade pública e privada, em 2024, foi realizado pelo segundo ano consecutivo o “Projeto Escola Íntegra”¹¹, que visa difundir a cultura de integridade nas escolas públicas estaduais, por meio de um concurso anual de manifestações artísticas e outras iniciativas que estimulem o entendimento do tema pelos jovens, fomentando o controle social e a prevenção à corrupção¹².

A primeira edição do concurso foi em 2023 e contou com 522 inscrições, e premiou premiando três alunas de ensino médio de escolas públicas. A segunda edição, em 2024, contou com 400 manifestações artísticas enviadas, mesmo com a calamidade climática, que prejudicou a visita às escolas. Esta edição trouxe algumas novidades, como a inclusão de prêmios para os professores que orientaram o maior número de alunos, com recompensas de R\$ 6 mil e R\$ 5 mil para os docentes mais indicados nas inscrições como “professores padrinhos”. As duas escolas com o maior número proporcional de inscritos também receberam R\$ 5 mil cada.

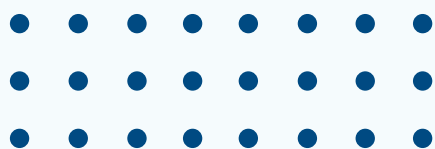
Além disso, as premiações dos alunos foram separadas por ano escolar, sendo R\$ 3 mil para o 1º colocado, R\$ 2 mil para o 2º colocado e R\$ 1 mil para o 3º colocado (para cada ano do novo Ensino Médio gaúcho). A entrega simbólica da premiação ocorreu durante o evento em comemoração ao “Dia Internacional Contra a Corrupção” (9 de dezembro), promovido pela Rede de Controle da Gestão Pública no Estado do Rio Grande do Sul, no auditório do Ministério Público Estadual¹³.

10 A lista pode ser encontrada no seguinte link: <https://ouvidoriageral.rs.gov.br/noticias-integridade>.

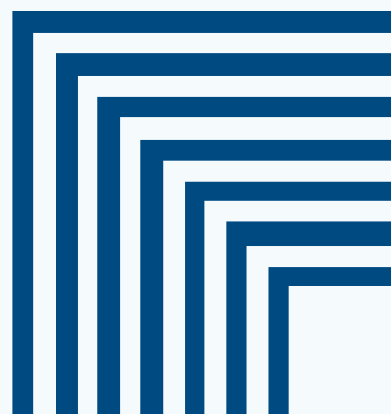
11 O projeto dispõe de página própria no Instagram a fim de viabilizar a comunicação mais efetiva com seu público-alvo: <https://www.instagram.com/projetoescolaintegra/>.

12 <https://cage.fazenda.rs.gov.br/conteudo/18229/projeto-escola-integra>

13 Acesse no Youtube vídeo com os vencedores do Projeto: <https://m.youtube.com/watch?v=c7udKNdpZDw>



Transparência e Estímulo ao Controle Social



Transparência Cidadã

Em 2024, foram realizadas diversas ações de transformação e modernização do Portal da Transparência do Estado, de que trata a Lei n. 13.596, de 30 de dezembro de 2010, o que culminou no fim do ano no lançamento do Transparência RS - versão 2.0.

Entre as melhorias de funcionalidade implantadas ao longo do ano, visando tanto a uma melhor compreensão e navegação do cidadão nos dados existentes, quanto atender itens específicos da avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), destacam-se:

	Reorganização completa do layout do portal, passando de um foco em receitas e despesas para um foco temático, visando uma melhor experiência do cidadão.
	Implantação de ferramenta de Pesquisa Inteligente (“mini google”) dentro do portal, possibilitando pesquisar qualquer termo em qualquer das bases dos painéis existentes na página, com resultados em forma de links acessíveis pelo usuário com apenas um clique que direciona ao painel correspondente já filtrado dependendo da pesquisa realizada.
	Novos facilitadores de navegação como breadcrumb, barras de carregamento dos painéis, exibição de data de atualização das bases.
	Maior acessibilidade com aplicativo de leitura em Libras de qualquer texto do site.
	FAQs por tema: Botão de “interrogação” em cada painel com perguntas frequentes relacionadas ao tema do painel em que o usuário se encontra (sendo 11 já implantados e outros 29 previstos).
	Responsividade: adaptação do portal para utilização adequada em qualquer tipo de dispositivo (computadores desktop, notebook, diferentes marcas de celulares, tablets etc.).

Em 2024, também pode-se destacar os novos painéis desenvolvidos. Entre os quais, assuntos de grande relevância e repercussão, como as Emendas Parlamentares e as despesas com a maior calamidade já ocorrida no Estado.

Com um novo layout, de uso mais simples e aba de gráficos dinâmicos, foram lançados os seguintes painéis:

- **Emendas Parlamentares:** painel com as emendas ao orçamento do Estado, destacando o deputado responsável, o projeto de aplicação e o acompanhamento da execução orçamentária.
- **Despesas com a calamidade pública de maio de 2024,** incluindo todas as despesas relacionadas ao enfrentamento ou recuperação do Estado.

• Painel Funrigs: Receitas e Despesas do Fundo do Plano Rio Grande.
• Painéis temáticos dos programas criados para enfrentamento e recuperação do Estado: Fundec, Volta por Cima, Pronampe e MEI RS Calamidade.
• Painel de Sancionados: listagem dinâmica de todos os fornecedores sancionados pelo Estado.
• Painel de Dívida Ativa: Lista de devedores do Estado e outros dados relacionados.
• Painéis específicos de Programas Sociais e de Cidadania Fiscal do Governo do Estado: lista de beneficiários e dados consolidados de diversos programas do Estado: Todo Jovem na Escola, Professor do Amanhã, SOS Estiagem, Auxílio Emergencial Gaúcho, Volta por Cima, Pronampe Gaúcho, Nota Fiscal Gaúcha, Receita Certa e Devolve ICMS.
• Disponibilização em dados abertos dos arquivos de Folha de Pagamento mensais desde 2015 no Painel Dados Abertos.

Além de painéis novos, reformulamos para o novo modelo painéis de grande relevância já existentes, como:

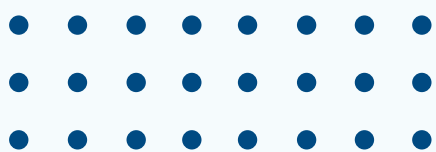
• Antigo painel de Folha de Pagamento, agora chamado de “Pessoal do Poder Executivo”.
• Painel de Diárias dos Servidores.
• Painéis de Contratos: Contratos de Serviços, de Locações, de Fornecimento de bens e de Parcerias público-privadas (novo).

Para 2025, a previsão é disponibilizar novos painéis e funcionalidades que visam atender às demandas de transparência pública exigidas pelo Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), além de dar continuidade à reformulação e revisão das bases dos painéis existentes no modelo antigo, com foco nas demandas dos cidadãos. Entre os próximos passos, temos como destaque:

• Elaboração de painel de Ordem Cronológica de Pagamentos.
• Elaboração de painel de Despesas do Estado advindas das Emendas PIX;

- Implantação de Glossário “cidadão” (glossário revisado com consultoria contratada para tornar a linguagem mais compreensível).
- Reestruturação dos dados de obras no Mapa de Obras.
- Implantação de mapa do site.
- Desenvolvimento de APIs¹⁴ para aprimoramento dos dados abertos.
- Reformulação do painel de Despesas Detalhadas do Estado, o que incluirá o novo padrão de códigos STN.

¹⁴ Uma API (Interface de Programação de Aplicações) é um conjunto de definições e protocolos que permitem que diferentes softwares se comuniquem entre si. Em termos simples, uma API é como uma ponte que permite que dois programas diferentes “conversem” e compartilhem dados ou funcionalidades.



Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)



18.403

Total de demandas de suporte técnico a sistemas administrados pela Cage recebidas no ano

17.160
(93,2%)

Demandas atendidas dentro do SLA*

*SLA = até 2 dias úteis

META =

80% das demandas dentro do SLA

No ano de 2024, várias atualizações foram feitas nos sistemas administrados pela Divisão de Tecnologia da Informação (DTI), com o objetivo de atender demandas de suporte, prestar informações de maneira mais célere e agilizar procedimentos. Além de diversas melhorias implementadas no Finanças Públicas do Estado (FPE), foram aperfeiçoados o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar (CFIL), o Portal da Transparência, entre outros.

Outra realização importante foi a conclusão do mapeamento e redesenho do processo de habilitação dos prefeitos. O projeto buscou sistematizar o encaminhamento das propostas de convênios ao estado pelos municípios para modernizar e agilizar a liberação dos recursos, mapeando e propondo as melhores soluções para a habilitação dos prefeitos.

Em 2024, a implantação dos atestes de fatura do “Integração Estado Fornecedor” (IEF) no aplicativo FPE Mobile passou a permitir aos fiscais efetuarem o ateste eletrônico de faturas dos serviços de água, energia e de Tecnologia da Informação do fornecedor Procergs, em um ambiente mais ágil e amigável, reduzindo o risco de atrasos nos pagamentos e geração de encargos. Foram efetuados 1.363 atestes no aplicativo com um total de R\$ 992.985.688,72 em pagamentos realizados pelo Estado aos fornecedores. A Procergs também desenvolveu a versão do módulo IEF que contempla a inclusão automática da Previsão de Retenção de ISSQN.

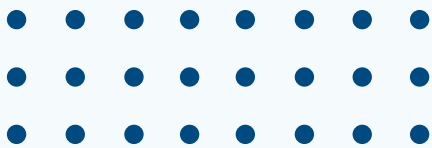
Por fim, o desenvolvimento do Consulta Cadin foi finalizado. A funcionalidade do sistema otimizou a consulta externa ao Cadastro Informativo, realizada pelo endereço: <https://cadin.sefaz.rs.gov.br/>. A consulta externa aperfeiçoada passou a contar com o detalhamento das pendências ativas, indicando o órgão/entidade responsável pelo registro da pendência, bem como a quantidade de pendências ativas. O detalhamento dos registros traz maior transparência e facilidade para o tratamento das pendências.

Projeto “EvoluTIva”

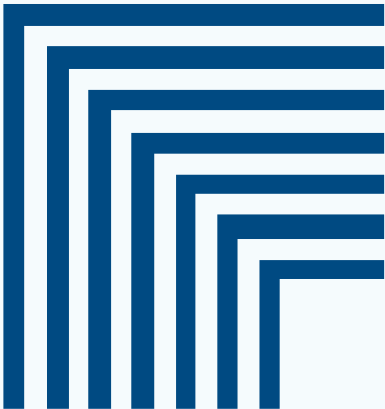


Visando assegurar serviços de TIC para suportar os processos e a estratégia da Cage, foi desenvolvido o Projeto EvoluTIva, que tem por objetivo estruturar a governança e a gestão estratégica de TIC do órgão, de forma a suportar os processos de trabalho e a estratégia da Cage com alinhamento à política de TIC do estado e da Sefaz.

Em 2024, o projeto EvoluTIva redefiniu a gestão de TI na CAGE, criando bases sólidas para a governança tecnológica. A implementação de uma metodologia robusta para gestão de portfólio e demandas, associada a um painel gerencial no Power BI, promoveu maior transparência e eficiência no acompanhamento dos projetos. A integração entre áreas de negócio e TI foi fortalecida, otimizando recursos e elevando a qualidade dos sistemas desenvolvidos.



Gestão de Pessoas



Em estreito alinhamento aos objetivos estratégicos da Cage, especialmente na perspectiva de aprendizado e crescimento, foram previstos treinamentos, cursos e eventos de capacitação para os servidores do órgão no plano de capacitação de 2024.

Com destaque para uma série de workshops sobre gestão estratégica em tecnologia da informação e comunicação (TIC), fundamentais para o andamento dos projetos de TIC em desenvolvimento no órgão.

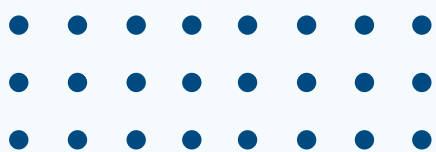
Ante a situação instaurada após a enchente, os prédios das repartições da Cage sofreram graves danos e foram interditados, o que impossibilitou a realização de trabalho presencial pelos servidores. Identificada a necessidade de manutenção das atividades do órgão durante o período, foi autorizado, de forma excepcional, que os servidores desenvolvessem suas atividades integralmente em teletrabalho. A medida foi parte dos esforços de simplificação e flexibilização dos processos de gestão de pessoas durante o enfrentamento da crise.

Realização de Concurso Público

Do total de 170 cargos do quadro de pessoal previsto em sua Lei Orgânica (Lei Complementar n. 13.451/2010), a Cage iniciou o ano de 2024 com 90 Auditores do Estado em efetivo exercício no órgão. Ao final do mesmo ano, a Cage contabilizava 89 Auditores do Estado em efetivo exercício, apresentando, portanto, defasagem de aproximadamente 47% do quadro total previsto em lei. Adicionalmente, contava com 14 Auditores-Fiscais da Receita Estadual (AFRE) em exercício no órgão. Com relação ao corpo de Analistas Tributários da Receita Estadual¹⁵, havia 52 cargos lotados na CAGE no final de 2024.

Em virtude dessa defasagem em relação ao quadro total de auditores da Cage, em contraste com as inúmeras demandas do órgão, houve autorização para a abertura de concurso público para provimento de vagas do cargo de Auditor do Estado. A Secretária de Estado da Fazenda, por meio da Comissão de Concurso designada pelas Portarias Se-faz n. 35/2024 e n. 42/2024, tornou pública a realização do concurso mediante Edital n. 1, de 7 de outubro de 2024. A prova foi agendada no dia 12 de janeiro de 2025.

¹⁵ A denominação da carreira de Técnico Tributário da Receita Estadual foi alterada para Analista Tributário da Receita Estadual por meio da Lei Complementar nº 16.181, de 7 de outubro de 2024, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.



Comunicação e Relacionamento Institucional



Produção 2024



A Comunicação é elemento importante dentro do planejamento estratégico da Cage, com o objetivo de fortalecer a credibilidade e a imagem do órgão junto à sociedade; informar e orientar gestores e administrados; e promover a participação dos servidores no planejamento e execução das ações estratégicas traçadas.

A estratégia de comunicação abrange ações planejadas relacionadas aos projetos desenvolvidos pela Cage, ou em parceria com esta. Além disso volta-se ao pleno cumprimento das competências institucionais do órgão, como prestar suporte e orientar gestores públicos, de forma fidedigna e tempestiva, especialmente em momentos de crise.

Com a ocorrência da enchente em maio de 2024, foram alterados os fluxos de comunicação, com a criação de um grupo de whatsapp para divulgação ágil de informações relacionadas à situação de calamidade para o público interno. Quanto à comunicação externa, diversas ações da Cage foram noticiadas diretamente por meio da equipe da Assessoria de Comunicação da Secretaria da Fazenda.

O planejamento da comunicação desdobra-se em planos anuais de comunicação, direcionados aos públicos externo e interno, e engloba aspectos importantes como a previsão da reestruturação da área no ano de 2025. Após a constatação da necessidade de expansão da estrutura da comunicação do órgão, ainda em 2024, foi viabilizada a relocação de jornalista, servidor público concursado de carreira, para conduzir e operacionalizar a execução da estratégia de comunicação.

Com foco na promoção de uma comunicação interna mais efetiva, foram reforçados os canais e produtos de comunicação já existentes, com a divulgação das ações relevan-

tes da Cage. A partir de meados do ano, dentro do planejamento em Comunicação da Sefaz, alguns produtos foram reformulados, buscando a padronização dos produtos da secretaria e das subsecretarias da Fazenda.

Eventos Cage

Os eventos promovidos pela Cage são importantes ferramentas para o relacionamento institucional do órgão com outras estruturas de governo, com a sociedade e com seus servidores. Nesse contexto, como parte dos esforços para promover a comunicação efetiva com o público interno e externo, foram realizados eventos para o lançamento de projetos desenvolvidos pela Cage; treinamentos sobre sistemas implementados e gerenciados pelo órgão; e eventos para integração e compartilhamento das ações estratégica com os servidores da casa. Destacamos a seguir alguns dos principais eventos realizados.

FPE 2 – Novas funcionalidades



Fruto de projeto conjunto entre a Cage e o Tesouro do Estado, as novas funcionalidades desenvolvidas e implementadas no Sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE) foram apresentadas aos usuários do sistema em evento híbrido realizado em outubro de 2024. Com exposição prática da interface aos diretores financeiros e representantes das secretarias estaduais e das entidades da administração indireta, a iniciativa visou fomentar e consolidar o uso da ferramenta pelos gestores públicos.

Considerando a abrangência do sistema FPE por todo o estado e a previsão de disponibilização a partir de janeiro de 2025, foi identificada a necessidade de capacitar e instruir seus usuários. Nesse sentido, a Cage realizou, em dezembro do mesmo ano, live para transmissão de conhecimentos aos servidores responsáveis pela fiscalização administrativa de contratos, unidades de finanças e outros agentes que atuam com o tema das retenções de tributos.

Lançamento do Portal e-Cage e da Nova Metodologia de Gestão de Riscos nas Contratações Públicas



A iniciativa, concretizada com o apoio da PGE/RS, foi voltada aos servidores estaduais do Rio Grande do Sul e aconteceu em dois momentos. A primeira parte foi voltada aos servidores que desempenham atividades relacionadas a licitações e contratos públicos. A segunda teve a finalidade de promover e incentivar o uso do portal pelos gestores públicos. O evento foi realizado de forma híbrida, o que possibilitou adesão massiva do público-alvo, tendo participado mais de 400 (quatrocentos) servidores de forma online. Além das exposições técnicas para a utilização do Portal e da nova metodologia de riscos, o professor convidado **James Batista Vieira** palestrou sobre “Integridade e Desempenho nas Contratações Públicas”.

Cage 2024 - Alinhando expectativas e celebrando resultados



O balanço de 2024 e as prioridades para 2025 foram apresentados em evento que reuniu os servidores da subsecretaria em um dia de prestação de contas, confraternização e agradecimento pelo esforço de cada um ao longo da crise imposta ao estado após a enchente de maio.

Na ocasião, foram divulgadas as ações implementadas pela Cage em busca do atingimento de seus objetivos estratégicos, e compartilhados os resultados alcançados. O

evento teve como foco promover boas práticas de gestão e fortalecer o alinhamento estratégico entre as equipes e áreas envolvidas com os projetos e processos do órgão.

Com destaque para a atuação do escritório de projetos e processos (EPP), foram apresentadas as principais entregas dos projetos em andamento e os resultados alcançados ao longo do ano. Na área de projetos, foi demonstrada a aplicação da metodologia OKR no desdobramento da estratégia em projeto-piloto para a gestão de riscos no controle. Na área de processos, foram apresentados os resultados da avaliação de maturidade dos processos da Cage e os resultados da revisão da cadeia de valor.

LISTA DE SIGLAS

AE - Auditor do Estado

AFRE - Auditor-Fiscal da Receita Estadual

AGERGS - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul

API - Interface de Programação de Aplicações (Application Programming Interface)

ATRE - Analista Tributário da Receita Estadual

BGE - Balanço Geral do Estado

BSC - Balanced Score Card

Cadin - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal

CAGE - Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

CE - Constituição do Estado (do Rio Grande do Sul)

Ceasa - Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A.

CFIL - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar

CIP/RS - Comitê de Integridade Pública do Rio Grande do Sul

CRC-RS - Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul

CRM - Companhia Riograndense de Mineração

CRPJ - Comissão de Responsabilização de Pessoas Jurídicas

DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

DCD - Divisão de Controle da Administração Direta

DCI - Divisão de Controle da Administração Indireta

DEO - Divisão de Estudos e Orientação

Detran/RS - Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul

DIE - Divisão de Informações Estratégicas

DNC - Divisão de Informação e de Normatização Contábil

DTI - Divisão de Tecnologia da Informação

EDP - Empresa de Desenvolvimento Portuário do Rio Grande do Sul S.A.

EOF - Execução Orçamentária e Financeira

EPP - Escritório de Projetos e Processos

FADERS - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul

FASE - Fundação de Atendimento Sócio-Educativo

FETLSVC - Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha

FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler

FGTAS - Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FOSPA - Fundo de Orientação e Sustentação dos Preços Agropecuários

FPE - Sistema de Finanças Públicas do Estado

FPERGS - Fundo de Previdência dos Servidores do Estado do Rio Grande do Sul

FTSP - Fundo de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul

FUMDEC - Fundos Municipais de Proteção e Defesa Civil

FUNDEC - Fundo Estadual de Defesa Civil

FUNRIGS - Fundo do Plano Rio Grande

IA-CM - Internal Audit Capability Model (Modelo de Capacidade de Auditoria Interna)

IEF - Integração Estado Fornecedor

IN - Instrução Normativa

IPE Prev - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

IPE Saúde - Instituto de Previdência e Assistência à Saúde do Estado do Rio Grande do Sul

IRGA - Instituto Rio Grandense do Arroz

ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

JUCIS/RS - Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

METROPLAN - Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande Porto Alegre S.A.

MP/RS - Ministério Público do Rio Grande do Sul

OKR - Objectives and Key Results (Objetivos e Resultados-Chave)

PAR - Processo Administrativo de Responsabilização

PAA - Plano Anual de Auditoria

PGMQ - Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade

PNPC - Plataforma Nacional de Prevenção à Corrupção

PNTP - Programa Nacional de Transparência Pública

PPI - Procedimento Preliminar de Investigação

PPP - Parceria Público-Privada

PGE - Procuradoria-Geral do Estado

REDE/RS - Rede de Controle da Gestão Pública do Rio Grande do Sul

RGF - Relatório de Gestão Fiscal

RHE - Sistema de Recursos Humanos do Estado

RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

SAM - Sistema de Administração de Materiais

SCPI - Sistema de Controle de Programa de Integridade

SEDUC - Secretaria Estadual da Educação

SEFAZ - Secretaria da Fazenda

SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde

SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação

SISACF - Sistema de Atendimento e Controle de Frotas

SLA - Service Level Agreement (Acordo de Nível de Serviço)

SPA - Sistema de Pagamento de Apenados

SPGG - Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul